

MEMÓRIAS DO CÁRCERE: UM CÁRCERE DE MEMÓRIAS

MEMÓRIAS DO CÁRCERE: A PRISION OF MEMORIES

Joyce Rodrigues Silva Gonçalves¹

RESUMO: Este trabalho, tendo como objetivo analisar a obra *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, pretende fazer um recorte temático em torno da escrita autobiográfica e da experiência vivida pelo autor na prisão nos anos de 1936 e 1937. A obra é uma das mais nítidas representações da violência na literatura brasileira do século XX, e, portanto, cabível de análise também a partir dessa perspectiva. Será abordada ainda a questão da possível ficção autobiográfica em alguns momentos da narrativa e seus desdobramentos no registro de seu relato de testemunho. Dez anos após ter vivido a experiência do cárcere, Graciliano Ramos se põe a escrever seus relatos autobiográficos de forma ímpar, deixando para a sociedade e para a literatura brasileira um texto que vai além do trabalho literário e torna-se um importante documento histórico em relação ao período da ditadura getulista.

PALAVRAS-CHAVE: Autobiografia. Ficção autobiográfica. Violência de Estado.

Ah! As cruas verdades que guardo em meu interior!

(BORGES, 2009)

Este artigo, tendo como objetivo analisar a obra *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, pretende fazer um recorte temático em torno da escrita autobiográfica e da experiência vivida pelo autor na prisão nos anos de 1936 e 1937. Será abordada ainda a questão da possível ficção autobiográfica em alguns momentos da narrativa e seus desdobramentos no registro de seu relato de testemunho, vivenciado durante um turbulento período da história do Brasil em que a violência se sobrepunha inclusive às artes.

¹ Mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e professora substituta do Centro Pedagógico da UFMG. E-mail: joycerodrigues1984@hotmail.com

Memórias do Cárcere é uma obra em dois volumes publicada postumamente em 1953. Graciliano Ramos foi preso em 1936, sem acusação oficial, sob a ditadura getulista do Estado Novo. Na obra o autor relata os fatos que lhe ocorreram nas prisões em Recife, Maceió e Rio de Janeiro desde março de 1936 a janeiro de 1937.

Um aspecto importantíssimo desta obra é sua elaboração. Graciliano escreveu diversas notas manuscritas desde os primeiros dias de prisão, mas a cada transferência, era obrigado a desfazer-se dos papéis. Por este motivo, entre outros, abandonou por muitos anos o interesse de escrever o livro. Somente em 1952 iniciou a redação dos dois volumes, construindo-os apoiado em suas memórias. Não conseguiu, no entanto, concluí-los, faltando o capítulo final. Mesmo assim, o autor nos proporcionou uma leitura simultaneamente rica e angustiante, pois se trata de obra imaginada e escrita diversas vezes, em que as sobreposições emergem no resultado final. Seu filho Ricardo Ramos é quem escreve o que seria o capítulo final, dizendo sobre o processo de escrita da obra e as conversas que tinha com o pai, Graciliano, sobre o registro de suas memórias. Fato interessante, este, em que o filho faz o que teria feito o pai. Ricardo Ramos, também escritor, traz ao leitor de *Memórias do Cárcere* um pouco da convivência com o pai em seus últimos dias de vida. Graciliano fez uma viagem ao exterior já ao fim da vida, o que lhe rendeu, aliás, mais uma obra, *Viagens*, e abandonou temporariamente a escrita de *Memórias do Cárcere*. Sempre que era cobrado, segundo seu filho, dizia: “*Não há problema. É tarefa para uma semana*”. (RAMOS, SÃO PAULO, 1969) E assim nosso memorialista ia adiando o fim do livro.

Graciliano decidiu-se ao processo de escrita da obra dez anos após o ocorrido. No início do relato o autor faz uma explanação de seus motivos:

Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos - e, antes de começar, digo os motivos porque me silencie e porque me decido... Também me afligiu a ideia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil. Repugnava-me deformá-las, dar-lhes pseudônimo, fazer do livro uma espécie de romance; mas teria eu o direito de utilizá-las em história presumivelmente verdadeira? Que diriam elas se se vissem impressas, realizando atos esquecidos, repetindo palavras contestáveis e obliteradas? (RAMOS, 1969, p. 3)

Essa explicação inicial na obra em questão retrata o que Phillipe Lejeune chama de pacto autobiográfico. Quando o nome do autor empírico coincide com o autor textual e ainda com o narrador-personagem, há uma identidade expressa que nos leva a aceitar a obra como uma autobiografia verídica. Ainda que alguns fatos narrados na obra não sejam inteiramente verdadeiros, ou “um pouco ficcionalizados”, devemos receber o texto como uma autobiografia, uma vez que o autor faz esse pacto com o leitor, propondo-se a contar a verdade dos fatos.

O pacto é, portanto, uma espécie de acordo estabelecido entre autor e leitor que firma a narrativa como relato de uma experiência vivida pelo autor em determinado momento de sua vida, neste caso, a época da prisão de Graciliano, contado por ele mesmo. Ao lermos esse relato sofreremos a angústia vivida por Graciliano e, a cada episódio narrado, podemos imaginar o quão torturante foi essa experiência.

Ainda acerca da definição de autobiografia, Elizabeth Bruss afirma que esse gênero, popularmente tido como história de vida contada pela própria pessoa (quem viveu tal experiência), é concebida pela distinção entre ficção e não ficção: “*A autobiografia como a conhecemos é dependente de distinções entre ficção e não ficção, entre narração retórica e narração de primeira pessoa empírica.*” (BRUSS,1976,8). Porém, obviamente, por ter sido registrada somente dez anos após a prisão de Graciliano Ramos, a obra *Memórias do Cárcere* é um relato construído através das lembranças do autor. Não seria possível narrar em detalhes absolutamente todos os fatos passados durante tantos meses em que esteve na cadeia, sendo uma narrativa extremamente fiel aos fatos. Graciliano se vale dos fatos, sim, mas com todo o esforço de suas lembranças.

É importante ressaltar, quando se trata de lembranças, de memórias, que as sobreposições, as próprias fantasias, as dúvidas relativas à forma como ocorreram determinados acontecimentos são plenamente naturais, assim como muitos detalhes escapam à memória. Portanto, muito se perde e muito pode ser criado, ficcionalizado em uma narrativa autobiográfica. Um exemplo dessa incerteza em relação aos detalhes narrados é o seguinte trecho da obra:

Esses acontecimentos de três dias foram narrados mais ou menos em ordem, apesar de apresentarem falhas, os lugares surgirem imprecisos, as figuras não se destacarem bem no ambiente novo. [...] Um fato nesse dia 6 abalou-me, o único de que tenho lembrança clara. (RAMOS, 1969, p. 48)

A questão da nebulosidade das lembranças perpassa toda a obra. Outro ponto que evidencia essa falta de nitidez da memória é quando um dos companheiros de prisão de Graciliano se aproxima - conhecido como Gaúcho, e torna-se um amigo. Este começa a contar casos que dizia ter vivido heroicamente enquanto ladrão. Graciliano gostava de ouvi-lo, e em uma das passagens em que um dos casos é narrado, Graciliano reflete:

Em seguida referiu-me a evasão de Fernando de Noronha, mas havia nela sérias dificuldades, e não me seria hoje possível reproduzi-la. Esqueci quase tudo. [...] Enfim as narrações dele articulavam-se com rigor. Dessa, na verdade singular, perdeu-se o começo. (RAMOS, 1969, p. 47)

Outro trecho em que percebemos a seletividade da memória é quando Graciliano é transferido para a colônia correcional. A caminho do novo cárcere um soldado inicia um diálogo com o escritor, e sobre essa conversa Graciliano reflete: *“Convenço-me de ter sido fiel reproduzindo nosso diálogo; ao cabo de tantos anos, as perguntas e as respostas vêm nítidas, parecem recentes; não preciso enxertos, pelo menos julgo isto. O resto era confusão.”* (RAMOS, 1969, pg. 256)

Observamos no excerto citado acima que o autor confessa que algumas vezes são necessários enxertos para que não haja grandes lacunas na narrativa. Outras vezes alguns detalhes são apenas sugeridos, mas pela incerteza em relação a esses detalhes, admite que possivelmente se trate apenas de suposições, como exemplifica uma passagem em que Graciliano é revistado pela polícia para adentrar-se no recinto onde ficaria preso por mais algum tempo:

Tomaram-me os lápis e o bloco de papel. Por muito que me esforçasse, não consegui, mais tarde, recompor as fisionomias das pessoas que realizaram essas operações. Naturalmente fizeram perguntas e dei respostas. Não me lembro de nada. Os meus companheiros de viagem deviam estar ali perto, mas isto é suposição. (RAMOS, 1969, p. 148)

Quando pensamos em seletividade da memória podemos ainda lembrar a questão da memória voluntária e involuntária, sugerida por Marcel Proust. Em sua obra *No Caminho de Swann*, Proust afirma que há esses dois momentos da memória. Um deles é quando uma recordação nos sobressalta; de súbito nos transporta no tempo e nos faz lembrar determinados, lugares e pessoas. Essa é a memória involuntária, que pode ser encetada a partir de um cheiro, de um sabor (memória olfativa e gustativa) ou mesmo através de um objeto. Já a memória voluntária é aquela que Proust chama de memória inteligente, quando nos esforçamos por buscar em nossa mente alguma lembrança de que precisamos ou queremos. Essa muitas vezes pode ser frustrada, uma vez que nem sempre conseguimos rememorar tudo o que desejamos. Todavia, pode funcionar quando nos esforçamos e alcançamos o objetivo ao resgatar memorialisticamente aquilo que buscamos. É na memória voluntária, “da inteligência”, que encontramos as brechas para a ficção de nossas próprias lembranças. Quando algo nos vem à mente involuntariamente, é natural que surja como de fato ocorreu no passado, diferente daquilo que nos esforçamos para recordar, e que nos proporciona a oportunidade de omitir ou acrescentar informações.

Na questão da autobiografia também estão engendrados fatos históricos. No caso de *Memórias do Cárcere*, observamos o período do Estado Novo, regime político centralizado e autoritário brasileiro fundado por Getúlio Vargas em 1937 e que durou até 1945. Durante o Estado Novo foram presos tanto militantes da Aliança Nacional Libertadora (comunistas marxistas, durante a intentona comunista) quanto membros da Ação Integralista Brasileira (nacionalistas, durante o "levante integralista" de 1938), assim como intelectuais vinculados a uma destas duas agremiações políticas e outros intelectuais, seja por comunismo ou por simpatias pelo Fascismo ou quem defendia a prospecção de petróleo no Brasil, como Monteiro Lobato, preso em 1941.

Muitos foram mantidos em cárcere ilegal, por vários meses e até anos, sem processo judicial nem acusação formal. Alguns nem sequer eram oposicionistas, mas foram vítimas de denúncias odiosas. Foi o caso de Graciliano Ramos, que na época em que foi detido não era ainda filiado ao PCB, o que ocorreu apenas anos mais tarde, em 1945. Neste caso, o autor foi testemunha da violência de Estado vigente em tal contexto histórico, o que concede à obra uma importância também enquanto depoimento.

Valéria de Marco, em seu texto *A Literatura de Testemunho e a Violência de Estado*, define que o gênero testemunho possui uma acepção imprecisa, mas afirma que “a expressão remete sempre a uma relação entre literatura e violência”.(MARCO, 2004) Partindo desse pressuposto, a teórica observa: “*Uma acepção orienta o exame de textos que, construídos a partir de múltiplas combinações de discursos literários, documentais ou jornalísticos, registram e interpretam a violência das ditaduras da América Latina durante o século XX.*” (MARCO, 2004, p. 23)

Nesse contexto de violência e ditaduras na América Latina está inserido o Brasil, no então instaurado Estado Novo, tendo como ditador Getúlio Vargas. A opressão que as camadas sociais viviam nesse período é representada pelas vítimas letradas da época. Muitos escritores e intelectuais presos naquele tempo foram reprimidos talvez por carregarem consigo a capacidade de crítica e registro dos absurdos cometidos pela esfera do poder político, o que, aliás, só fez aflorar ainda mais as críticas e os depoimentos posteriores ao período. Graciliano Ramos, através de *Memórias do Cárcere*, foi, quiçá, a mais marcante das personalidades que testemunharam e registraram as agruras da ditadura do Estado Novo. Valéria de Marco pontua também sobre essa questão do registro dos letrados:

O letrado teria a função de recolher a voz do subalterno, do marginalizado, para viabilizar uma crítica e um contraponto à “história oficial”, isto é, à versão hegemônica da história. O letrado - editor/organizador do texto - é solidário e deve reproduzir fielmente o discurso do outro; este se legitima por ser representativo de uma classe, uma comunidade ou um segmento social amplo e oprimido. (MARCO, 2004, p. 46)

Em termos estruturais o relato de testemunho está baseado, de acordo com Valéria, em dois pilares: o discurso do editor e o discurso da testemunha. Sabemos que a obra de Graciliano Ramos, retratando uma época delicada da política brasileira, foi detalhadamente analisada antes de sua publicação. Houve, possivelmente, uma inspeção que analisou detidamente os relatos de Graciliano e provavelmente estabeleceu limites às confissões de nosso memorialista. A edição da obra, se deu, portanto, de forma moderada, dosada e pensada. Há, pois, uma tensão entre esses dois discursos. Valéria de Marco nos elucida sobre como essas tensões ocorrem nos testemunhos:

Por serem estes seus pilares de estruturação são considerados “pré-textos” os testemunhos imediatos - depoimentos, cartas, diários, memórias, autobiografias - bem como outros discursos não ficcionais - biografias, testemunhos etnográficos e historiográficos. Do convívio, no livro, de dois discursos - o do editor e o da testemunha - brotariam as tensões que configurariam o perfil literário do texto. Estas tensões se dariam entre o fictício e o factual, entre literariedade e literalidade, entre a linguagem poética e a prosa referencial. (MARCO, 2004, p. 47)

A colocação acima citada, além de esclarecer os pilares estruturais do testemunho, tange também a problemática essencial deste trabalho: a questão do entrelace entre memória e ficção. Além da possível ficcionalização de fatos por parte do próprio escritor, nos é sugerida a hipótese da interferência, no texto autobiográfico, de um discurso fictício também do editor. Entraríamos, aqui, em uma questão de genética textual, o que traria à tona todo o processo de escrita - e tentativas mal sucedidas, como foram as de Graciliano ao tomar notas diariamente enquanto esteve preso, e que por motivos de transferências e medo de ser descoberto, precisava livrar-se delas.

Mesmo quando Graciliano decidiu-se a escrever suas memórias, ele mesmo, provavelmente, cuidou para que não dissesse muito a mais nem muito a menos do que pretendia.

Valéria de Marco observa esse cuidado por parte do escritor que registra seu depoimento que servirá de testemunho:

No plano literário, o escritor interroga-se sobre a possibilidade de encontrar a frase justa e a imagem adequada, sobre o poder de expressão da palavra e os impasses de traduzir o vivido, de dizer o indizível. Repõe-se a noção do antigo tópico estético do “sublime”, mas este não está mais no plano elevado do belo; está nos subterrâneos do horror. E, na busca por representá-lo, é necessário reproduzir o paradoxo entre a dimensão do instante da matéria a ser tratada e a linguagem da permanência, a tensão entre passado e presente, a condição entre a ambiguidade e a literalidade, os impasses entre a poesia da imediatez ou o estilo do excesso de realidade, o significado da repetição ou das reticências e a convivência com a escassez da sintaxe explicativa ou do espaço para o jogo da imaginação. (MARCO, 2004, p. 57)

Podemos observar nitidamente esse cuidado por parte do autor em registrar os fatos com as palavras medidas e colocadas adequadamente. Notamos ainda essa angústia entre relatar os instantes de horror dentro da dimensão do inefável. Por mais que se esforce, os

momentos sofridos não cabem na expressão das palavras e perdem-se na distância do tempo vivido, sendo apenas um resgate memorialístico.

Sobre a linha tênue entre o relato de testemunho (e aqui também de uma testemunha) e o espaço imaginário da memória, Alfredo Bosi pontua:

O testemunho vive e elabora-se em uma zona de fronteira. As suas tarefas são delicadas: ora fazer a mímese de coisas a atos apresentando-os “tais como realmente aconteceram” (conforme a frase exigente de Ranke), e construindo, para tanto, um ponto de vista confiável ao suposto leitor médio; ora exprimir determinados estados de alma ou juízos de valor que se associam, na mente do autor, às situações evocadas. (BOSI, 1992, p. 11)

Apesar de sabermos que toda narrativa autobiográfica pode conter algumas nuances de ficção, no caso de *Memórias do Cárcere*, Graciliano não intenta fantasiar nem acrescentar nada além do real, do vivido, ao contrário, busca uma concisão que retrate apenas o relato de sua experiência vivida, de seu testemunho do momento histórico que se instaurara à época de seu encarceramento. A respeito dessa observação, Bosi diz ainda:

Pontuando firmemente as suas distâncias em relação ao discurso histórico, nem por isso a escrita do testemunho aceita confundir-se com a prosa de ficção. Definitivamente, o nosso memorialista não se propõe inventar o que quer que seja por amor a efeitos estéticos. Contenta-se com a sua parcela de verdade: não deseja alterá-la comprazendo-se em jogos imaginários. Até mesmo o uso, aliás, inevitável, do pronome eu, “esse pronomezinho irritante”, parece-lhe indiscreto, sinal de intromissão abusiva do sujeito. [...] Igualmente repugna-lhe a ideia de inventar pseudônimos para esconder a identidade dos companheiros, e “fazer do livro uma espécie de romance. E nos romances, como declara em outro passo, contam-se mentiras”. Trata-se de um depoente, um homem que não pretende abandonar seu compromisso de base com a fidelidade à própria existência, admitindo sempre que é falível a sua percepção, lacunosa a memória e tateante o seu juízo ético. (BOSI, 1992, p. 11)

Michael Pollak, ao falar sobre os deportados da guerra e das vítimas dos regimes ditatoriais instaurados em muitos países no século XX, faz uma análise sobre Memória, Esquecimento, Silêncio, em relação aos sobreviventes desses conflitos. Tais sobreviventes guardam em si os traumas das torturas e crueldades que viveram e presenciaram nos campos de concentração e de batalha. Pollak pontua que muitos preferem se calar ao invés de se

comprometerem, ainda que as lembranças, nesses casos indelévels, permaneçam vivas em suas memórias. Em relação ao silêncio Pollak afirma:

Em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora”, preferem, elas também, guardar silêncio. Em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranquila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar? (POLLAK, 1989, p. 6)

Se transferirmos essa observação para o caso vivido por Graciliano, de certa forma a postura de vítima em silêncio também se aplica a esse autor enquanto se calou por dez anos. É importante frisar que neste caso Graciliano é a própria vítima, que hesita em deixar aparecer os nomes das pessoas envolvidas na ditadura getulista. Todavia, o autor sente a necessidade de relatar e publicar os acontecimentos pelos quais passou no cárcere, ele e muitos outros, dentre alguns dos quais se tornou amigo.

Na verdade, o autor era mesmo cobrado pelos amigos mais próximos e até pelos familiares a escrever suas memórias. Todos desejavam receber de Graciliano essa obra que seria um excelente registro de um grupo e de um período marcante na história do país. Nelson Werneck Sodré, em prefácio às *Memórias do Cárcere*, aponta:

Graciliano, quando de boa disposição, e principalmente, quando não tinha ouvintes que o incomodassem, dizia como pensava escrever estas memórias, como abordaria certos aspectos, como definiria alguns ângulos. Foi muito depois de projetar e pensar que se lançou à tarefa, para ele muitas vezes penosa, de passar ao papel os capítulos em que descreveu, passo a passo, não sua experiência pessoal, mas, o que é importante, o que é fundamental, o retrato de uma época. (RAMOS, 1969, p. 9)

Sobre a necessidade de registrar e a consciência própria de se saber “guardião de uma memória importante” também para outras pessoas - contemporâneos e familiares, Pollak observa que uma testemunha de guerra ou similar sente isso que é quase um compromisso com a sociedade:

Revista Literatura em Debate, v. 7, n. 12, p. 161-182, jul. 2013. Recebido em: 18 jun. 2013. Aceito em: 30 jul. 2013.

A essas razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais. [...] no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento. (POLLAK, 1989, p. 6)

Houve, ao longo da história do Brasil, vários períodos de silenciamento de vozes discordantes, e o Estado Novo foi um desses momentos históricos de repressão. O silêncio nem sempre é concordante, uma vez que amiúde é imposto sutilmente. O escritor que vivenciou o cárcere lutou contra o provérbio “Quem cala, consente”, e evidenciou através de seu relato de testemunho que, na verdade, não há consentimento, mas sim ressentimento, como muitos escritores que “ressentiram” em suas obras os traumas sociais de seu tempo.

Graciliano tinha a consciência de que guardava em si um testemunho imprescindível para o Brasil, por isso registrou suas memórias. O fato de não ter escrito o último capítulo não impediu a grandiosidade da obra, que retratou a essência dos acontecimentos de forma ímpar.

Em nenhum momento o autor se vangloria ou se coloca como herói, ao contrário, se considera muito menor do que de fato é. Sua “modéstia” é explícita em várias passagens da obra. Algo muito interessante em relação a essa sua postura é que o autor não cita seu próprio nome em Memórias do Cárcere. Quando precisa se referir a ele mesmo a expressão utilizada é Fulano de Tal. Quando lhe chamam de doutor também nosso memorialista recusa o título:

De repente houve uma suspensão na tabuada e percebi o meu nome preso a um título: Dr. Fulano de Tal. [...] Doutor, que estupidez! Essa ironia besta anunciava desgraça. Tinha esforçado por esquivar-me, ser uma partícula invisível na turba, linha de quatro algarismos no catálogo de Cubano. Obrigavam-me a sair da massa anônima, personalizavam-me e, além de tudo, conferiam-me distinção perigosa. (RAMOS, 1969, p.167)

No prefácio da obra, por Sodré, essa modéstia, ainda que seja uma estratégia literária ou mesmo uma questão de sobrevivência na prisão, é lembrada. O crítico observa que Graciliano escreve “*sem pretender tornar-se a figura central, sem rabiscar um desses tristes e ridículos depoimentos pessoais em que a vaidade alimenta todos os recursos*”. (SODRÉ, SÃO PAULO, 1969, p. X). O próprio Graciliano confessa que não se sente a vontade ao escrever

sobre si mesmo, como o centro das atenções, mas quando escreve em primeira pessoa o autor empresta a voz a uma geração que viveu a opressão de uma das épocas mais sombrias que este país já atravessou. Em *Memórias do Cárcere* o autor expõe esse sentimento e até pede desculpas por usar a primeira pessoa ao escrever:

Desgosta-me usar a primeira pessoa. Se tratasse de ficção, bem: fala um sujeito mais ou menos imaginário: fora daí é desagradável adotar o pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos por evitá-lo. Desculpo-me alegando que ele me facilita a narração. Além disso, não deixo ultrapassar o meu tamanho ordinário. Esgueirar-me-ei pelos cantos obscuros, fugirei às discussões, esconder-me-ei prudentemente por detrás dos que me parecem patentear-se. (RAMOS, 1969, p.48)

Quando Graciliano Ramos foi detido, já havia publicado dois de seus romances: *Caetés* e *São Bernardo*, e havia escrito *Angústia*, cujos manuscritos estavam engavetados em casa. Mais tarde, sentindo a necessidade de alguma renda financeira por encontrar-se já sem recursos, Graciliano, tendo recebido uma proposta do editor José Olímpio, resolve publicar também este terceiro romance. O autor, que sempre fazia inúmeras revisões e correções em seus trabalhos, não queria ter essa obra publicada antes de ser revisada, e, segundo o próprio escritor, reduzida a um terço do que fora escrito. Graciliano Ramos era, além de muito modesto, um crítico ávido de sua própria produção. Julgava-se pequeno demais para merecer algum destaque no âmbito literário. Em consequência da falta de opção, pediu, enfim, à esposa que entregasse os manuscritos ao editor. Em um trecho de *Memórias do Cárcere*, quando Sérgio, um de seus companheiros da prisão está lendo seu primeiro romance, Graciliano o desencoraja dizendo: “Pelo amor de Deus não leia isso. É uma porcaria.” (RAMOS, SÃO PAULO, 1969) E acrescentou: “*Ingênuo, tentei explicar-me, em grande embaraço. A publicação daquilo fora consequência de uma leviandade*”. (RAMOS, 1969, p.269)

O mesmo companheiro de cela, já na leitura do segundo romance de Graciliano, novamente é interpelado pela modéstia do autor:

A percepção, a compreensão e a memória do rapaz me assombravam. Uma vez encontrei-o agarrado ao meu segundo romance. Virou a folha, avizinhei-me, entrei a

rever pedaços da minha terra. Ia chegando ao fim da página esquerda, e o moço voltou à folha de novo.

-Não é possível que você tenha lido essas duas páginas, afirmei.

-Por quê?

-O autor dessas drogas sou eu, e apenas li uma. É absurdo que você, estrangeiro, chegado há pouco, mal conhecendo a nossa fala e as nossas coisas, tenha conseguido pegar as duas. (RAMOS, 1969, p. 107)

Nestas e em muitas outras passagens das *Memórias do Cárcere*, Graciliano confessa suas impressões negativas em relação aos seus textos ficcionais.

Além de criticar a si mesmo, Graciliano lançava algumas considerações sobre a literatura de modo geral. O autor nos concede, na citação a seguir, sua confissão de escrever somente aquilo que vivenciou. Ao receber, ainda na prisão, um romance do amigo José Lins do Rego, Graciliano quase se revolta com a imaginação e ficção do amigo:

Estranhei ver José Lins afastar-se da bagaceira e do canavial, tratadas com segurança e vigor em obras anteriores, discorrer agora sobre Fernando de Noronha, onde nunca estive. Um crítico absurdo o julgara simples memorialista, e o homem se decidia a expor imaginação envolvendo-se em matéria desconhecida. Pessoa de tanta experiência, de tanto exame, largar fatos observados, aventurar-se a narrar coisas de uma prisão distante. (RAMOS, 1969, p. 206)

Provavelmente Graciliano indignou-se porque o amigo se atrevera a falar exatamente sobre o que ele, Graciliano, estava experimentando naquele período de sua vida: o cárcere. Escrever romances, Graciliano também havia escrito, e todo ficcionista se dá o direito de romancear o que bem entender. A posição de Graciliano foi quase um desabafo:

Zanguei-me com José Lins. Por que se havia lançado àquilo? O admirável romancista precisava dormir no chão, passar fome, perder as unhas nas sindicâncias. A cadeia não é um brinquedo literário. Obtemos informações lá fora, lemos em excesso, mas os autores que nos guiam não jejuaram, não sufocaram numa tábua suja, meio doidos. Raciocinem bem, tudo certo. Que adianta? Impossível conceber o

sofrimento alheio se não sofremos. [...] Ingenuidade, sim, ingenuidade. Esperávamos dele a experiência. (RAMOS, 1969, p. 206-207)

Percebemos, aqui, que o sofrimento do autor em diversas fases de sua vida refletiu-se consideravelmente em sua produção ficcional. Mistura-se experiência vivida e representação literária, o factual e o ficcional. A matéria-prima de suas obras são os quase sempre, duros e tristes fatos acontecidos com Graciliano. Em *Memórias do Cárcere* temos mais um exemplo dessa transferência da vida para a obra literária.

Falando sobre o amigo José Lins, Graciliano nos revela as divergências de técnicas e estilo entre ambos. Também se dá de forma diversa o processo de produção textual dos dois autores, como vimos no capítulo *Infância e Meus Verdes Anos*: a questão da memória nas autobiografias. Enquanto José Lins não revisava e corrigia apenas quando ditava o texto para ser datilografado, além de que não lia pela segunda vez seus próprios textos, Graciliano se detinha minuciosamente em seus escritos, como pontua Sodré sobre *Memórias do Cárcere*:

Graciliano Ramos era um trabalhador lento e difícil, incontestável. Não só escrevia pouco e através de longas pausas, como corrigia impiedosamente, jamais se contentava com o texto que lançava em primeira mão. Parecia-nos muito difícil que chegasse a completar a obra que, marcando a sua verdadeira grandeza, continuasse o documento da nossa época. (RAMOS, 1969, p. 8)

De fato, Graciliano parecia saber que não concluiria seu relato, ou pelo menos não viveria para presenciar sua publicação, que deveria ser “póstuma, *como convém a um livro de memórias*” (RAMOS, 1969, p. 11).

Uma das complexidades da narrativa autobiográfica é a defasagem temporal que se coloca entre o sujeito que narra no presente (da escrita) e o eu que vivenciou as experiências representadas. Essa ruptura cronológica entre o eu do presente e o eu do passado acarreta um conflito de difícil solução na autobiografia, e para minimizar esse distanciamento, o autobiógrafo usa recursos próprios do discurso imaginativo. Dessa forma, a autobiografia aproxima-se da ficção, uma vez que, para ser possível narrar com fidelidade os fatos vividos,

o narrador precisa recuperá-los por meio da memória e reorganizá-los, reconstruí-los, e isso só se torna viável através da ficcionalização dos relatos, utilizando-se da imaginação, de recursos estéticos inerentes à narrativa ficcional.

Todavia, o discurso que percebemos em *Memórias do Cárcere*, sendo ele de cunho autobiográfico ainda que permeado pela força imaginativa da ficção, nos revela a atmosfera angustiante que paira nas páginas deste testemunho. Graciliano, ao compor seu depoimento, não o concede, simples e unicamente, através do pessimismo e da melancolia. Na realidade, o que é relevante é o testemunho da condição humana, nas suas misérias e mediocridades. O registro está atrelado ao forte desejo de testemunhar - de salvar a memória do esquecimento, como propõe Michel Pollak.

As palavras, na visão do memorialista alagoano, não são enfeites, não existem para adjetivar a beleza das coisas e da vida, mas para ir direto ao assunto, para ser objetivo. Por isso a sua linguagem é considerada enxuta; ele escolhe o essencial para se expressar, ao invés dos excessos verbais. Portanto, as palavras eram escolhidas minuciosamente, o que tornava seu processo de produção textual extremamente lento. No caso de *Memórias do Cárcere* essa lentidão resultou na não conclusão da obra, já que o fim de sua vida chegou antes, como sabemos. No mesmo período, aliás, abriu um parêntese em sua produção autobiográfica e escreveu mais um volume resultante também de uma experiência, intitulado *Viagens*.

A linguagem de *Memórias do Cárcere*, como a obra de Graciliano de modo geral, é uma representação da vida oprimida e deprimida que viveu. A sintaxe oprime como a própria lei; mas ainda assim o autor consegue superar a opressão (da cadeia e da linguagem) e retratar as atrocidades vivenciadas no cárcere:

Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer. (RAMOS, 1969, p. 198)

Ao escrever essas memórias o autor parece libertar-se do que estava preso dentro de si mesmo. A liberdade da língua que flui no relato, mesmo que amargamente, é comparada à liberdade de seu corpo físico. Wander Melo Miranda pontua sobre essa libertação do cárcere interior em função de se resguardar a memória através do depoimento da testemunha que foi Graciliano:

Se a perspectiva da morte, de fim de caminho, autoriza o autor a levar adiante suas memórias, é o desejo de fazer viver o que estaria morto para sempre, mas que ainda persiste na sua demanda, o elemento deflagrador do processo da escrita. Reviver o passado, sim, porém enterrar de vez o que mantém o memorialista encarcerado e o impede de tomar posse efetiva do presente. (MIRANDA, 1992, p. 29)

Graciliano Ramos resiste na prisão, mas não à prisão; não importa a sua medíocre posição de pequeno-burguês, o que está em destaque é a condição de oprimido social, do literato vivendo como bicho, encarcerado, diminuído, mas em contato direto com outros oprimidos. O memorialista revive os tempos do encarceramento por meio das suas lembranças, mas não os revive como, de fato, foram, porque sabemos das falhas e das lacunas da memória. Porém, ao rememorar os meses de angústia na cadeia, o escritor doa seu talento de ficcionista para elaborar seu texto, para conferir à obra seu cunho literário, para conceder-lhe o caráter artístico, além do documental. O corpo físico do autor esteve encarcerado, porém não o seu espírito.

Exemplos do não encarceramento de seu espírito podem ser vistos em alguns trechos do relato de Graciliano, em que o autor emprega certo tom de comicidade para narrar determinados diálogos com companheiros de cela ou para descrever alguma paisagem. Birinyi, um dos companheiros, colecionava selos e possuía a terceira maior coleção dos mesmos. Ao dizer a Graciliano que fora à Inglaterra para que o rei visse tal coleção, o autor diz: *“Naquele tempo ele não era rei”*. Ao que o companheiro responde: *“Mas hoje é”*. (RAMOS, 1969, p. 209) Ao dar ao leitor a descrição do cenário natural da Ilha Grande, Graciliano transcreve a fala do diretor da casa de correção que conta uma anedota sobre a vegetação da ilha, as pitas, e mais uma vez nos deparamos com o tom cômico em meio à tragédia:

O diretor, baixo, gordinho, atirando passos curtos nas pranchas desconchavadas, ofereceu-nos um trocadilho de caserna, pilhéria de sal grosso. Um sujeito se referira à ilha e às plantas: É a terra onde a pita abunda. Percebendo a cacofonia, emendara: “É a terra onde abunda apita.” Uma hilaridade cortês e cocha acolheu a anedota. (RAMOS, 1969, p. 184-185)

Durante a prisão Graciliano se vê impotente em vários aspectos; não havia como se defender do sistema carcerário, nem mesmo havia acusação formal, como sabemos. A impotência manifestou-se ainda nas questões sexuais, como o escritor relata, falando da ausência de desejos relativos à sexualidade, o que o memorialista atribuiu ao café que recebiam nas celas. Alguma substância era acrescentada à bebida para que os presos não manifestassem seus instintos sexuais na cadeia, ou pelo menos para que a incidência desses atos fosse atenuada:

- Que põem neste café, Nise. É ruim.
- Deve ser brometo, respondeu a moça. Anafrodisíaco.
- Diabo! Exclamei afastando o caneco. Isto é permanente, Nise? - Não, é transitório. Suspenda o café.
- Claro. Não torno a olhar esta porcaria. (RAMOS, 1969, p. 234)

É quando Graciliano se lembra da advertência dada sobre isso por um faxineiro no Pavilhão dos Primários: “*Se o senhor soubesse o que há nisso, não bebia tanto*”. (RAMOS, 1969, pg.234). Por um lado, o autor repudiava a ideia da ausência de desejos, e nem mesmo sabia a causa daquilo, descoberta já quase ao fim do período em que esteve encarcerado:

A apatia sexual, notada meses atrás, depois esquecida, novamente me causava surpresa. Tentei vencê-la enchendo as horas de insônia com cenas lúbricas; isso se convertia depressa num exercício mental penoso, e era como se faltassem partes do corpo. A lembrança das mulheres não me dava nenhum prazer. Por que me havia aparecido aquilo de repente? Chegara-me a impotência completa. (RAMOS, 1969, p. 23)

Todavia Graciliano concluía que era até melhor que ficasse inerte aos esforços em prol dos desejos, dessa forma seu tempo na prisão seria menos penoso: “*Para ser franco, esse*

entorpecimento me agradou, se não fosse ele, a reclusão demorada se tornaria dolorosa em extremo". (RAMOS, 1969, p. 23)

Em *Memórias do Cárcere* temos um relato que é um testemunho dos bastidores carcerários na ditadura de Vargas (1930-1945). Graciliano Ramos, narrador autodiegético com personalidade e discurso fragmentados, é um narrador perplexo que, além de descrever os comportamentos que se desnudam a sua frente, questiona-os, contempla-os com a vantagem de duvidar sempre das coisas e das pessoas, e com frequência demonstra certa precariedade, no sentido linguístico, ao proferir julgamentos sobre o que acontece à sua volta. A linguagem escassa, seca, crua que é marcante nos romances de Graciliano também é uma constante em *Memórias do Cárcere*. A escassez é uma característica muito presente tanto na vida quanto na obra desse autor.

A literatura de testemunho é exatamente o ato de relatar o que se viu, inserindo-se em um contexto de surgimento de falas silenciadas. O discurso da testemunha literária seria uma espécie de quebra do silenciamento. O ato de Quebrar o silêncio, expressão cheia de acepções conotativas, normalmente se refere ao silêncio imposto por determinadas situações ou circunstâncias. Ao quebrar algo que não é palpável (o silêncio), a intenção é que se torne visível o que foi ocultado em relação a algum indivíduo ou a um determinado grupo social.

Depoimentos de torturados e vítimas de modo geral têm a função de romper o silêncio para trazer à tona outra versão sobre certos acontecimentos do passado, partindo de outra perspectiva ou ponto de vista. O indivíduo reprimido, que foi silenciado, coloca-se em posição de destaque enquanto testemunha. Testemunhar significa relatar o que se viu, ouviu ou se presenciou de alguma forma, documentar uma denúncia relativa a determinado período ou grupo social. Nesse caso a importância do olhar, da presença em determinado contexto ou situação caracteriza o relato como fato ocorrido carregado de veracidade.

Os atos de tortura assustavam Graciliano, que, apesar de ter vivido uma vida desprovida de afeto desde sua infância, depara-se, na cadeia, com agressões e crueldades inadmissíveis do ponto de vista dos direitos humanos:

Vemos um sujeito sem as unhas dos pés, sabemos que elas foram arrancadas a torquês, e a nossa curiosidade não vai além; os sofrimentos findaram, as unhas renascerão, a memória da vítima se embotou; [...] as imagens surgem e em vão tentamos afastá-las: vemos perfeitamente dorsos lanhados, carne sangrenta, equimoses vermelhas, azuis, pretas. [...] Palavras obliteradas se renovam, terrivelmente claras. Um berro nos chega aos ouvidos: -Polícia. E uma voz trêmula desmaia: Não aguento mais. Vão matar-me. Foram estes, creio, os piores momentos que vivi no pavilhão dos militares, agachado na esteira ou refugiando-me perto da grade, olhando o voo dos pardais. (RAMOS, 1969, p. 27)

De fato é uma descrição forte das cenas de horror que eram recorrentes na cadeia. Graciliano continua essas lembranças afirmando que nunca se imaginava passando por uma situação de agressão, por algum motivo julgando-se invulnerável. Na verdade, o fato de presenciar a miséria alheia já era por si só uma forma de agressão, a impossibilidade de isolamento tornava essa experiência inevitável, “*inútil espalmar as mãos nas orelhas*”. (RAMOS, 1969, p. 27)

Em relação ao ponto de vista do narrador-personagem observamos nessa obra memorialística que a voz que enuncia o discurso, o depoimento, tem um julgamento preestabelecido que é proferido de acordo com valores éticos e morais sólidos, para logo a seguir o narrador lançar um olhar crítico distanciado pelo tempo, liberto das amarras de preconceitos e de valorações precipitadas suscitadas pelo calor da hora, e assim compreender atitudes e situações próprias da cadeia. A narrativa revela um aumento gradativo de violência e desumanização do indivíduo ora através do silêncio das autoridades, que em nenhum momento justificam seus atos, ora através das transferências realizadas aleatoriamente, sem sentido, da redução do acesso às condições mínimas de higiene, acomodação e alimentação, entre outras estratégias de aniquilamento do sujeito.

Outra estratégia utilizada por Graciliano em seu relato é o fato de que o narrador usa o recurso de jamais nomear os responsáveis pelos atos de violência e aniquilação forçada, em resposta à sua própria desumanização, ou mesmo zoomorfização, uma vez que os encarcerados viviam como ratos nos pavilhões do presídio e porões do navio. Portanto, são subtraídos quase todos os seus direitos de civilidade e dignidade. Os carrascos nunca recebem nome, são seres relegados ao anonimato. O autor afirma não querer “*jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces*”. (RAMOS, 1969, p. 3). Podemos entender que seja ainda uma forma de

punir esses indivíduos, já que não merecem qualquer reconhecimento ou destaque social, visto que se comportam como animais ou seres manipulados psicologicamente. São poucas as personagens que se redimem e alcançam para si sua identificação enquanto ser humano, como é o caso do soldado cafuzo que é denominado Alfeu. Enquanto sacudia violentamente o primeiro sujeito da fila vizinha na formatura geral, a referência ao soldado é apenas cafuzo, sendo o responsável por uma agressão desmedida e sem justificativa aparente. No entanto, ao se colocar perante o narrador, o soldado, de forma desarranjada e sem manejar bem as palavras, pede a Graciliano, preso, a redação de um discurso e é nesse momento da narrativa que recebe um nome, é elevado à condição humana. Da mesma forma que os detentores do poder impõem a desumanização das suas vítimas, das criaturas sob a sua custódia, o narrador parece lhes impor essa pena, nenhuma identificação civilizada além da denominação da sua estupidez e ignorância, o que parece indicar entre outras possíveis leituras a tentativa de desautorizar o discurso do outro, de calar a boca de quem outrora reprimira arrogantemente as vítimas da ditadura. Nelson Werneck Sodré, em prefácio à obra em questão, faz algumas reflexões a respeito desta estratégia utilizada em suprimir o nome de determinadas personagens desta narrativa de memórias. No excerto transcrito abaixo, Sodré discorre sobre as qualidades da narrativa em razão da sensatez do escritor no cuidado com os excessos da retórica e da adjetivação:

Havia asperezas contá-las com arte, permitiu reconstituí-las sem muito adjetivo, sem abuso da retórica, sem desmandos, sem descomedimentos. Raro o qualificativo que se pega à criatura como um esparadrapo fica a marcá-la. Do idiota que pretendia fuzilá-lo, conforme conta no primeiro volume, lá longe, no segundo, aparece o adjetivo grotesco, e mais nada. E que era aquele sub-homem senão isto, grotesco? Adjetivá-lo de outra forma, denunciar-lhe a maldade, a ignorância e estupidez, seria demasiado. Ao falar como falou ao romancista preso estava sendo precisamente grotesco e nada mais do que isso. O adjetivo não tem substituto. Não havia razão para afirmá-lo dono de outras deficiências. Demais, nem o seu nome aparece. O que foi um traço de inteligência, retirando ao imbecil a única oportunidade de entrar para a eternidade. Para que guardar-lhe o nome? Representava apenas um símbolo e como símbolo era grotesco. Nada mais do que isso, que já foi excessivo. (RAMOS, 1969, p. 6)

A opção pela ausência de nomeação, da recusa na atribuição de nome próprio às personagens que foram (ir) responsáveis pelos atos de violência, dominação e opressão dentro da narrativa, parece denotar o intuito de se excluir essas figuras da memória histórica, é uma

espécie de apagamento do indivíduo que está sendo colocado à margem, à sombra, e dessa forma há uma imposição do silenciamento de sua voz.

Podemos concluir, portanto, que Graciliano Ramos, em suas *Memórias do Cárcere*, relata parte de sua vida (quando esteve na prisão) de modo essencialmente autobiográfico. Embora as lacunas da memória e as falhas das lembranças se façam presentes, o autor procurou registrar os fatos tal como ocorreram. Sabemos que enquanto vivenciou o cárcere o autor anotava em seus papéis o seu dia-a-dia, todavia, frequentemente precisava se livrar de tais papéis para evitar a repressão ou mesmo a tortura. A cada transferência Graciliano se via com a necessidade de lançar fora suas anotações, espécie de diário, de relato das observações feitas na prisão, como ilustra o trecho abaixo, quando o escritor é levado para a colônia correccional, na Ilha Grande:

O certo era que as notas significavam culpa, e se fossem descobertas isso me renderia aborrecimento. Haviam escapado às fogueiras inevitáveis dos cubículos do Pavilhão quando nos anunciavam revista. Imprudência conservá-las naquele tempo. Agora isso era absurdo: não entrariam na colônia. Perda escassa: estavam pessimamente redigidas, e longos anos, tantas vezes sucedera queimar prosa ordinária que não me abalava a destruição de mais algumas páginas. De certo modo aquilo desculparia o desânimo e a preguiça, serviria de pretexto para furtar-me à obrigação cacete. Lam-se diluindo na água as minhas lembranças esparsas; não me seria possível reconstituir com segurança os cubículos povoados de percevejos, a sala escura da galeria, as redes oscilantes e o camarote do padeiro no porão do Manaus. (RAMOS, 1969, p. 36)

Nesse excerto o autor acaba por confessar a importância das notas para a reconstituição dos fatos posteriormente, quando da escrita dessas memórias. Há, portanto, uma pequena brecha, uma fenda textual que permite uma penetração, uma sondagem quase interna no registro desse texto autobiográfico. Embora haja a execução do plano de depor sobre uma época e os abusos de um regime político, Graciliano o faz magistralmente através de recursos estéticos (a estética memorialística) que oferecem subsídio ao texto. Apesar de haver certos enxertos, deduções e inferências, essas estratégias não isentam o texto de sua veracidade, e não excluem o caráter autobiográfico que de fato existe, como observa Sodré:

Tal maneira de comedir-se, de deixar as coisas em seus lugares, de apanhar apenas o essencial, de destacar o que merecia ser colocado em destaque, de apontar a minúcia indispensável e nada além disso, dá a estas memórias não só a dimensão de depoimento pleno de veracidade, constituindo-se um dos documentos mais

eloquentes de uma época, qualquer coisa de libelo e também de epitáfio. (RAMOS, 1969, p. 7)

A eliminação dos papéis com as anotações do autor dificultou mais tarde, como sabemos, o processo de escrita da obra memorialística; o processo de produção textual, de registro da experiência vivida no cárcere se pautou, portanto, no recurso da memória, da lembrança e até mesmo do esquecimento.

Nessa obra o autor registra magnificamente as cruas verdades que carregava dentro de si, fazendo uma alusão a Borges. O escritor soube ainda, com sua destreza peculiar, mesclar as duras experiências vividas e os toques de ficção na representação literária em que transformou as recordações desse período de sua vida em que esteve encarcerado. Finalmente, as memórias da prisão de Graciliano significam um documento oferecido à sociedade brasileira, como destaca também Nelson Sodré:

Suas memórias representam, assim, a derradeira oferta de um espírito sereno e justo. Constituem mais do que um testemunho porque um libelo, traçado por escritor moribundo, que a ninguém teria de prestar contas, senão à sua consciência. A trêmula mão do artista, nas proximidades do fim, guardava a capacidade do traço literário do mais alto teor, ao comando de um espírito que representou um dos nobres instantes do homem, numa época triste e penosa, que permitiu e criou os quadros que ele nos apresenta nas Memórias do Cárcere. (RAMOS, 1969, p.24)

Concluimos com o próprio Ramos, em um dos excertos mais excelsos de suas memórias:

E aqui chego à última objeção que me impus. Não resguardei os apontamentos obtidos em largos dias e meses de observação: num momento de aperto fui obrigado a atirá-los na água. Certamente me irão fazer falta, mas terá sido uma perda irreparável? Quase me inclino a supor que foi bom privar-me desse material. Se ele existisse, ver-me-ia propenso a consultá-lo a cada instante, mortificar-me-ia por dizer com rigor a hora exata de uma partida, quantas demoradas tristezas se aqueciam ao sol pálido, em manhã de bruma, a cor das folhas que tombavam das árvores, num pátio branco, a forma dos montes verdes, tintos de luz, frases autênticas, gestos, gritos, gemidos. Mas que significa isso? Essas coisas verdadeiras podem não ser verossímeis. E se esmoreceram, deixá-las no esquecimento: valiam pouco, pelo menos imagino que valiam pouco. (RAMOS, 1969, p. 254)

Apesar de toda sua “modéstia”, Graciliano Ramos, através de *Memórias do Cárcere*, ratifica sua transparência enquanto ser humano, escritor, literato e acima de tudo, enquanto um indivíduo comprometido com a sociedade na qual esteve inserido.

Revista Literatura em Debate, v. 7, n. 12, p. 161-182, jul. 2013. Recebido em: 18 jun. 2013. Aceito em: 30 jul. 2013.

ABSTRACT: This work, have as objective to analyze the book *Memórias do Cárcere*, by Graciliano Ramos, and also aims to make a thematic outline around the autobiographical writing and the experience lived by the author in prison for the years 1936 and 1937. The book is one of the most vivid representations of violence in Brazilian literature of the twentieth century, therefore, it's also appropriate to analyze it from this perspective. It will be addressed yet, the question of a possible autobiographical fiction in some moments of the narrative and its ramifications in record of his report of witness.

KEYWORDS: Autobiography. Autobiographical fiction. State violence.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em *Memórias do Cárcere*. In: *Literatura e Resistência*. São Paulo, 1992.
- BRUSS, Elizabeth. *Autobiographical Acts*. The changing situation of a literary genre. Johns Hopkins Baltimore, London: University Press, 1976.
- LEJEUNE, Philippe. O Pacto Autobiográfico. In: *De Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- MARCO, Valéria de. A literatura de Testemunho e a Violência de estado. In: *Lua Nova*, n.62, 2004.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio, in: *Estudos Históricos*, vol.2, n.3, 1989.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*, vol. I e II. São Paulo: Martins, 1969.
- _____. *Memórias do Cárcere*. Prefácio de Nelson Werneck Sodré. São Paulo: Martins, 1969.